

# ATUAÇÃO POLÍTICA E PRODUÇÃO ESCRITA DE JORNALISTAS NO PARLAMENTO BRASILEIRO\*

POLICY AND WRITTEN PRODUCTION PRACTICE OF JOURNALISTS IN THE BRAZILIAN PARLIAMENT

ACTUACIÓN POLÍTICA Y PRODUCCIÓN ESCRITA DE PERIODISTAS EN EL PARLAMENTO BRASILEÑO

Marcelo Fontenelle e Silva

Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão

Igor Gastal Grill

Doutor em Ciência Política pela UFRGS

**RESUMO:** Esta pesquisa está focada na análise dos itinerários de políticos profissionalizados em cargos eletivos, que escrevem livros e têm a profissão de jornalista como ocupação prévia e/ou paralela aos mandatos eletivos ocupados. Recorreu-se ao exame dos trajetos de 19 agentes que foram selecionados dentro de um estudo mais amplo, desenvolvido por Igor Gastal Grill e Eliana Tavares dos Reis, que resultou no artigo “O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita” (GRILL; REIS, 2012). Foram realizadas revisão bibliográfica sobre as intersecções entre jornalismo, literatura e política ao longo da história brasileira e análise prosopográfica da população para apreender os perfis sociais, culturais e políticos dos parlamentares. Os processos de disputa em relação ao jornalismo acontecem marcados por instabilidades, aproximações e distanciamentos, onde as fronteiras são fluidas, os agentes transitam de forma frequente entre os universos (intelectual, político e jornalístico) e as obras escritas funcionam como um critério de diferenciação entre profissionais da política e instrumentos tomadas de posição no espaço político.

**Palavras-chave:** Política. Intelectuais. Jornalismo. Elites. Prosopografia.

**ABSTRACT:** This research is focused on the analysis of the routes taken by professionalized politicians in elected office, who write books and also work as journalism as a prerequisite and / or parallel to their mandate. We resorted to examining the paths of 19 agents who were selected within a broader study, developed by Igor Gastal Grill and Eliana Tavares dos Reis, which resulted in the article “What to write means in politics? Political careers and genres of written production” (GRILL; REIS, 2012). Literature reviews on the intersections between journalism, literature and politics throughout Brazilian history and prosopographical population analysis were performed to grasp the social, cultural and political profiles of parliamentarians. The processes of dispute regarding journalism happen marked by instability, similarities and differences, where boundaries are fluid, the agents move frequently between universes (intellectual, political and journalistic) and writings serve as a criterion for differentiation between politics professionals and an instrument of statements of position in the political space.

**KEYWORDS:** Polity. Intellectual. Journalism. Elites. Prosopography.

\* Trabalho premiado durante o XXV Encontro do SEMIC, realizado na UFMA, entre os dias 18 a 22 de novembro de 2013. Artigo recebido em fevereiro de 2014  
Aprovado abril de 2014

**RESUMEN:** Esta investigación se centra en el análisis de las rutas de los políticos profesionalizados en cargos electivos, que escriben libros y tienen la profesión de periodista como ocupación previa y/o paralela a los cargos electivos ocupados. Hemos recurrido al examen de las rutas de 19 agentes que fueron seleccionados en un estudio más amplio, desarrollado por Igor Gastal Grill y Eliana Tavares dos Reis, que resultó en el artículo “O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita” (GRILL; REIS, 2012). Fueron realizadas revisión bibliográfica sobre las intersecciones entre el periodismo, la literatura y la política a lo largo de la historia brasileña y el análisis prosopográfico de la población para captar los perfiles sociales, culturales y políticos de los parlamentarios. Los procesos de disputa en relación con el periodismo se suceden marcados por la inestabilidad, las similitudes y diferencias, donde las fronteras son fluidas, los agentes se mueven de forma frecuente entre universos (intelectual, político y periodístico) y las obras escritas sirven como criterio para la diferenciación entre políticos profesionalizados y como instrumento de toma de posición de espacio político.

**PALABRAS CLAVE:** Política. Intelectuales. Periodismo. Élite. Prosopografía.

## 1 | Introdução

A análise empreendida neste trabalho recai sobre as relações entre os domínios jornalístico, político e intelectual, a partir dos itinerários de 19 agentes profissionalizados em cargos eletivos, que produzem obras escritas e que têm na profissão de jornalista a sua ocupação prévia e/ou paralela aos mandatos eletivos ou cargos administrativos exercidos. Sendo assim, os objetivos deste trabalho foram: 1) analisar os perfis dos agentes que condizem com os critérios especificados; 2) traçar um apanhado histórico do que é ser jornalista, de como se constituiu esta profissão e a sua imbricação com os outros dois domínios mencionados; 3) perceber a forma como o exercício do jornalismo influenciou em uma possível carreira política e/ou intelectual.

O presente artigo foi redigido com base em subprojeto desenvolvido no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC) e que faz parte de uma pesquisa de maior fôlego coordenada pelos Professores Doutores Igor Gastal Grill e Eliana Tavares dos Reis sobre carreiras políticas e produção escrita de parlamentares brasileiros, financiada com recursos dos editais universais da FAPEMA e do CNPq. O texto registra, pois, os resultados e formulações a que pudemos chegar com o desenvolvimento da investigação, ainda em andamento, que resultará no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do graduando em Ciências Sociais pela UFMA, Marcelo Fontenelle e Silva, com orientação do Professor Doutor Igor Gastal Grill.

Para operacionalização desta pesquisa, recorreu-se à análise prosopográfica. Segundo Charle (2006), “o objetivo da prosopografia comparada, como em toda a prosopografia, é apreender, através das biografias coletivas, o funcionamento social real das instituições ou dos meios onde agem os indivíduos estudados” (CHARLE, 2006, p. 48). O princípio da prosopografia é “definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário bio-gráfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social” (CHARLE, 2006, p.41), possibilitando, assim, a apreensão da realidade tanto em seu caráter processual quanto relacional.

Dessa forma, recorreu-se ao Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para a coleta de informações sobre perfil social, carreira política, carreira jornalística e obras publicadas, para posteriormente dispô-las em um quadro e analisá-las relacionalmente. Cabe ressaltar, para um trabalho como este, as condições de produção da fonte utilizada e os limites que por ela nos são impostos (MICELI, 2001; CHARLE, 2006). Como obra que visa a registrar a história política brasileira pós-1930, por meio da biografia de agentes, instituições e eventos, fica óbvia a impossibilidade de dispor de todas as informações pertinentes. O DHBB privilegia as informações da vida pública em detrimento de dados que também são importantes para pesquisas com esse caráter, tais como a carreira profissional anterior à entrada na vida pública, as relações afetivas dos agentes e a sua origem familiar. Informações estas que, por estes motivos, demandam um maior tempo para coleta, bem como a mobilização e a análise de outras fontes como biografias, memórias e até entrevistas.

Esta pesquisa toma o cuidado de não tomar as histórias de vida como uma narrativa supostamente lógica e cronológica, onde cabem expressões como “desde o início”, “sempre”, etc., pois a narrativa de histórias de vida, seja ela autobiográfica ou não,

*se inspira sempre, ou ao menos em parte, na preocupação de atribuir sentido, de encontrar a razão, de descobrir uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, de estabelecer relações inteligíveis, como a do efeito com a causa eficiente, entre estados sucessivos, constituídos como etapas de um desenvolvimento necessário (BOURDIEU, 2011b, p.75).*

Os 19 agentes aqui estudados foram selecionados dentro de um estudo mais amplo, desenvolvido por Igor Gastal Grill e Eliana Tavares dos Reis, que resultou em diferentes artigos

(GRILL; REIS, 2012; REIS; GRILL, 2008; GRILL, 2012). Neles, os autores investigaram o peso dos investimentos “intelectuais” na carreira de políticos profissionalizados em mandatos eletivos, entre 1945 e 2010, atentando para os usos e os significados da produção escrita nas trajetórias desses agentes. Foram enfocados parlamentares dotados de um duplo e indissociável reconhecimento: como porta-vozes de “causas” edificadas como “legítimas” e portadores da notoriedade advinda da condição de “intelectual”. A análise das obras publicadas, por sua vez, permitem des-velar desde o caráter consagrador ou detrator da construção de “etiquetas políticas” ou “ismos” até o trabalho simbólico de auto-representação e de administração de identidades estratégicas, passando pela politização de bens culturais como, por exemplo, poemas e peças teatrais.

O trabalho intelectual das lideranças políticas – que tem como uma de suas formas de objetivação a produção escrita – apresenta-se como uma forma de intervenção na definição de quais são os problemas sociais considerados legítimos; age, igualmente, no constante processo de definição e redefinição do que é um intelectual ou um político. Logo, a produção escrita apresenta-se como um recurso de distinção e um critério de hierarquização endógeno, mas que interfere ainda em outros domínios da vida social e no espaço social mais amplo (GRILL; REIS, 2012).

## 2 | Referencial teórico

Em *Ciência e Política: duas vocações* (WEBER, 2011), Weber já notara a relevância que a palavra impressa – e conseqüentemente, o jornalismo – tem para o jogo político nas democracias representativas. Apesar desta importância, Weber menciona a quase completa impossibilidade, até aquele momento histórico, que indivíduos que atuam profissionalmente no jornalismo se alcem a uma posição dirigente na política, restando a eles permanecer atuando ativamente na política profissionalizada, mas em uma posição subjugada.

Por sua vez, Mattei Dogan, em *La Professions propices à la carrière politique*, também analisando a dinâmica política da Europa, mas agora em um outro período, parte de uma perspectiva distinta daquela manifestada por Weber. Ele menciona que, nos países onde os partidos políticos não conseguem exercer a função de recrutamento das elites políticas, a seleção se efetua por empréstimo da sociedade civil, por “osmose”, e esta osmose se dá especialmente entre os pro-fissionais que se especializam em habilidades semelhantes às requisitadas para a representação política (o uso da palavra escrita e falada, por exemplo) como professores, advogados, jornalistas, dentre outros (DOGAN, 1999).

Para entender estas relações no Brasil, utiliza-se nesta pesquisa o esquema analítico formulado por Pierre Bourdieu e de aplicações/adaptações realizadas para pensar o contexto brasileiro, como os desenvolvidos no âmbito do LEEPOC e em outros grupos e instituições, já apresentadas por Grynszpan e Grill (2011) e Coradini e Reis (2012). De acordo com este referencial, o conceito de campo nos convida “a pensar o espaço do jornalismo como um universo estruturado por oposições ao mesmo tempo objetivas e subjetivas, a perceber cada publicação e cada jornalista dentro da rede de estratégias, de solidariedades e de lutas que o ligam a outros membros do campo” (NEVEU, 2006, p. 63). Além disso, a utilização do conceito de campo como referência para a análise também nos convida a observar os universos (não só do jornalismo, como mencionado acima, mas igualmente do cultural, do político etc.) em suas disputas, recon-versões possíveis, delimitações de fronteiras e seus graus de autonomia.

Pensar em campos é pensar em espaços sociais permeados por disputas e que possuem suas próprias regras, pois os campos “têm em si próprio o princípio e a regra de seu funcionamento. É um universo no qual operam critérios de avaliação que lhe são próprios e que não teriam validade no microcosmo vizinho” (BOURDIEU, 2011b, p.195). Mas, a depender da objetivação do espaço social e da especificidade do campo analisado, a autonomia do campo e a fluidez

de suas fronteiras pode ser maior ou menor. Em relação ao grau de autonomia do campo, este “pode ser medido pela importância do efeito de retradução ou de refração que sua lógica específica impõe às influências ou aos comandos externos” (BOURDIEU, 2005, p. 39), às mudanças ocorridas nas propriedades, características e regras do macrocosmo social e dos outros campos ao adentrarem em um campo específico.

O que delimita os campos são as suas fronteiras, que, por sua vez, estão sempre em disputa. Estas lutas se travam por definir quais agentes estão autorizados a agir no campo, quais são as instâncias de consagração válidas, quais as regras e princípios de funcionamento, o nomos. Cada um, obviamente, tentando impor os princípios de visão, de divisão e de hierarquização mais favoráveis aos seus interesses (não necessariamente conscientes ou cínicos) como jogadores.

Vale frisar, porém, que a utilização destes conceitos não deve ser feita de forma reificada e sem levar em consideração as especificidades da situação em que foram desenvolvidos e do universo empírico analisado pela pesquisa específica. Desta forma, o artigo de Silvia Sigal (2012), intitulado “Intelectuais, cultura e política na Argentina”, se mostrou exemplar para os nossos propósitos de apreender o contexto brasileiro, uma vez que a maneira como ela operacionaliza sua investigação se revelou válida também para este trabalho. Na sua perspectiva, não interessa “registrar uma ‘distância’, uma espécie de defeito em relação a um modelo teórico de campo cultural, mas sim utilizar elementos desse modelo para analisar, precisamente, a tensão entre fatores que favorecem a autonomia cultural e aqueles que tendem a dissolvê-la” (SIGAL, 2012, p.60). Basilar ainda é o conceito de intelectual cunhado por ela para a pesquisa, pois este não se resume a aplicação de um conceito exógeno, mas ao desenvolvimento do mesmo de acordo com a “realidade argentina”. Logo, ela toma os intelectuais como agentes responsáveis pela criação e circulação de noções comuns, submetidos a um universo com pouca autonomia e fortemente subordinados ao universo político.

Silvia Sigal conclui o trabalho mencionando a existência, na Argentina, de um campo cultural periférico, onde a “atividade cultural nas sociedades periféricas remete a instâncias de consagração externas e, ao mesmo tempo, interioriza critérios externos de valorização” (SIGAL, 2012, p.63). A condição destes agentes lhe atribui um papel de mediador entre as instituições culturais e políticas argentinas e dessas com as dos países centrais, das metrópoles, o que lhes confere, por sua vez, uma posição de destaque.

Estando o Brasil da mesma forma na condição de país periférico latino-americano, aqui igualmente os intelectuais tiveram um papel preponderante na invenção da nação, mas, ainda assim, permanecem diferenças importantes que não podem ser esquecidas. No Brasil, por exemplo, não houve um anti-intelectualismo, algo que teve bastante peso na Argentina, além de outras especificidades de cada país, como as contundentes diferenças do populismo e das ditaduras militares que ocorreram, bem como as diferentes relações do Estado com os intelectuais no de-correr do tempo em cada configuração nacional.

Cumprindo ainda lembrar que no Brasil, na Argentina e nos outros países de colonização europeia, onde o Estado se constituiu mais recentemente, a formação deste Estado se deu de forma bastante diferente dos países hegemônicos ou centrais. Nas palavras de Badie e Hermet (1993, p. 182):

*La construcción de los sistemas políticos nuevos remite a un proceso que si inscribe a muy corto plazo, y que por ello conduce más bien al préstamo de modelos ya probados que a la invención de fórmulas nuevas. El próprio préstamo se guía por la naturaleza de la formación de los actores que bloquean el centro, expuestos casi siempre a la influencia de las ideologías occidentales.*

Estes Estados que, como caracterizados acima, não decorrem da invenção de fórmulas novas de centralização e legitimação, mas da importação de modelos já testados e aplicados em outras

dinâmicas que são justapostos aos códigos culturais autóctones, apresentam disfunções que se tornaram próprias aos países periféricos. Entre elas, a hiperpolitização da vida social e o peso das relações pessoais e do capital personificado. Como afirmam Seidl e Grill (2013, p. 13):

*Em tais contextos híbridos, a inexistência de um processo de autonomização e relativa diferenciação entre as diversas esferas sociais, com suas regras de funcionamento, ethos e princípios de hierarquização próprios, delinea contornos altamente fluidos de uma esfera política que tende a ser atravessada por múltiplas lógicas e racionalidades. Para ficar somente em alguns exemplos recorrentes na bibliografia brasileira, pode-se mencionar a clássica problemática do Estado Neopatrimonial, o clientelismo em várias dimensões, o faccionalismo e o personalismo políticos, as dificuldades no estabelecimento de relações de cidadania, a instabilidade derivada dos problemas de legitimação do poder (militarismo, autoritarismo, populismo, golpismo) ou ainda a grande multiplicidade de princípios de clas-sificação e legitimação em disputa no jogo político.*

Desse modo, o desafio reside, como resumem Coradini e Reis (2012), por um lado, em enfrentar os condicionantes da condição periférica como a forte multidimensionalidade inscrita na relação entre política, intelectualidade e militância decorrente da baixa autonomia desses espaços sociais. Por outro lado, em não restringir a reflexão à presença ou ausência de determinadas condições históricas que configuram os campos, reificando assim o conceito e perdendo de vista o alcance heurístico do pensar relacional, seus princípios analíticos e fundamentos teóricos. Com efeito:

*Aquilo que é geralmente designado como ‘política’ deve ser ponderado apoiando-se nas lógicas autóctones e não por analogia às definições dos centros ocidentais para os quais, quase sempre, refere-se a um tipo de atividade atrelada ao campo da representação política. (...). [Além disso] a negligência de aspectos desse tipo cria condições para o estabelecimento e uso de esquemas de raciocínio por analogia, particularmente quando está em pauta alguma concepção de Ciências Sociais enquanto ‘aplicação de conceitos’, com uso metafórico ou alusivo de determinadas noções... (CORADINI; REIS, 2012, p. 13-14).*

### 3 | Histórico da relação entre jornalismo, intelectualidade e política no Brasil

A partir do momento em que o Brasil deixa de ser colônia de Portugal e passa a se apresentar como uma nação independente, algumas modificações no caráter assumido pelo jornal como veículo de comunicação e no perfil dos jornalistas são constatadas. Isso pode ser verificado na reconstituição histórica feita por Petrarca (2007, p. 64):

*Sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, os jornais diários passaram a adotar em seu corpo contos literários e textos de escritores de modo que a crônica política e a literatura conviviam no espaço dos jornais.*

*Devido à ausência de um mercado editorial, os escritores contavam com os jornais para publicar suas crônicas, contos, romances e folhetins. Obras de escritores da época passaram a ser publicadas em jornais: ‘Memórias de um Sargento de Milícias’, escrito por Manuel Antônio de Almeida em 1852 e publicado no ‘Correio Mercantil’; o romance ‘O Guarani’, de José de Alencar, em 1857, publicado no ‘Diário do Rio de Janeiro’; a ‘Mão e a Luva’ e ‘Iaiá Garcia’, de Machado de Assis, publicados respectivamente em 1874 e em 1878 no jornal ‘O Globo’ e em ‘O Cruzeiro’. As obras literárias passaram a depender dos periódicos para conquistarem reputação e serem divulgadas. Além disso, esses escritores também passaram a ocupar cargos como redatores e chefes de redação no interior dos jornais.*

A imprensa era, na época, o principal meio de difusão dos trabalhos literários, pois não havia um mercado editorial no Brasil, o que fazia com que a produção de livros fosse demasiadamente cara. Neste período, os jornais permaneciam com o caráter “político” de antes da independência, mas adicionava-se a circulação de contos, crônicas e trechos de romances. A literatura, porém, também tinha uma apropriação política, um importante papel na definição da nação, etc. Assim, mesclavam-se políticos e escritores na imprensa, de forma a não haver fronteiras entre tais do-mínios.

Da Independência até a chamada Revolução de 1930, o Brasil vive um período conhecido como Mandonismo, que veio assumir a face do coronelismo na República Velha. É em oposição às características predominantes neste período, definido por termos como oligarquias e fami-lismos que vão se afirmar os intelectuais da primeira metade do século XX. Eles viviam em um contexto de contestação das instituições, onde as carreiras tradicionais que seguiam as elites iam se extinguindo ou se modificando. Eram, em sua grande maioria, originários de famílias de proprietários em decadência, que viam na transformação em “intelectuais” uma maneira de man-ter as suas posições de elite dirigente (MICELI, 1979).

Mas, como salienta Pécaut, no trecho a seguir, isto não é o bastante para compreender como estes agentes se afirmaram:

*As convicções políticas não foram meramente ditadas pelas conveniências de acesso aos empregos, como também a circunstância de serem herdeiros sem heranças não bastam para explicar por que esses intelectuais se sentiam investidos de uma missão política. (...) Estavam, acima de tudo, desiludidos com a República, não por ela ter arruinado a influência das oligarquias, mas, ao contrário, por ter permitido que essa influência se prolongasse indefinidamente no quadro das transações regionais. Aspirando à organização da nação pelo poder, reagiram contra a ‘oligarquização’ das instituições (PÉCAUT, 1990, p.21).*

Estes intelectuais estavam, sobretudo, preocupados com a construção da identidade nacional, buscando afirmar qual a real nação brasileira, o real povo brasileiro. O que constitui não só um fato cultural relevante, mas igualmente político, pois “forjar um povo também é traçar uma cultura capaz de assegurar a sua unidade” (PÉCAUT, 1990, p.15) e, obviamente, ao definir qual a realidade da nação, está o intelectual afirmando, simultaneamente, o seu papel e o seu lugar dentro da nação: o papel de uma elite que conhece o verdadeiro Brasil e, justamente por isso, tem legitimidade para dirigir o país, para organizar a nação.

É em meio a este processo de afirmação dos intelectuais e a esse contexto histórico que surge a reportagem como um marco na atividade da imprensa. As matérias sobre a Guerra de Canudos podem ser tomadas como as precursoras da reportagem no país, uma vez que foram as primeiras a descrever, com certa periodicidade, aos leitores da cidade, algo que acontecia em um local distante (não só geograficamente) daqueles que costumavam ler os jornais. “A partir de então, notadamente no século XX, os repórteres serão as figuras de proa do mundo jornalístico brasileiro, a síntese da imagem do jornalista dentro e fora das redações” (SOUZA, 2010, p.10).

Outra característica importante do caráter fundador destas matérias é que elas eram escritas por alguém que estava presente no local, alguém que via e ouvia os fatos, que vivia, durante aquele período, a mesma realidade das pessoas que apareciam nas histórias. Portanto, estas reportagens foram responsáveis por introduzir, nos jornais, um novo “tipo de texto (que conta o que aconteceu, com quem, em que local, em que dia; introduz personagens e suas falas, descre-ve o cenário dos eventos e permite análises sobre o ocorrido) e um tipo de narrador que escreve para o jornal as impressões daquilo que viu e que tomou conhecimento” (SOUZA, 2010, p.10).

Essa “realidade” era bastante diferenciada das condições de vida das “elites” da cidade. Portanto, ao expô-la nos jornais, a reportagem instituía um debate sobre a nacionalidade, sobre

quem é e até onde vai a chamada nação brasileira, seja em relação aos limites geográficos, seja em relação a pertencer à nação aqueles indivíduos que viviam na periferia da então capital do Brasil, o Rio de Janeiro, como visto nas matérias de Euclides da Cunha sobre Canudos e nas matérias de Paulo Barreto, o João do Rio, sobre espaços marginalizados da cidade carioca. Ou seja, o fazer reportagem pode ser tomado como uma atividade análoga a “descobrir a nação”.

Mas seria resumir demais inculcar à reportagem importância apenas em seu papel desempenhado na discussão sobre o que é a nação brasileira. Com a reportagem, se inicia um novo perfil de agente que atua na imprensa: o repórter. Isso pode ser observado no trecho abaixo, em que Candice Souza descreve o surgimento do repórter como modelo de profissional no jornalismo:

*Dotado de uma identidade diversa dos habitantes mais antigos das redações, o repórter ocupa seu tempo em diligências e inquéritos pela cidade, descrevendo aquilo que viu e soube aos leitores. Como a sua inserção no jornal consiste em fazer julgamentos baseado no testemunho de seus próprios olhos, o repórter torna-se exclusivamente um jornalista, pois consome a maior parte de seu tempo à caça de notícias. Esta tarefa exige não só maior exclusividade como a necessidade de especialização quanto ao modo de obter dados e de narrá-los. O repórter, em suma, é um tipo particular de jornalista que se distingue pela maneira de trabalhar. Ele será o tipo ‘nômade’ da redação, em contraste com os seus colegas ‘sedentários’, que colaboram com o jornal por meio de textos opinativos ou analíticos (SOUZA, 2010, p.13).*

Este novo profissional que atua na imprensa pode ser exclusivamente um jornalista, pois ele consome a maior parte de seu tempo na caça às notícias. O exercício desta atividade exige, simultaneamente, uma maior especialização, já que a reportagem inicia um processo de constituição do jornalismo por meio de saberes próprios. Com efeito, a atividade jornalística ganha certa autonomia (mesmo que muito relativa) vis-à-vis à atividade exclusivamente política e à atividade propriamente literária.

Porém, não se pode dizer que houve uma ruptura entre o jornalismo, a literatura e a política, de forma a se constituírem em três campos distintos, fundados em regras e princípios de legitimação próprios. Pode-se dizer menos ainda que essa ruptura tenha ocorrido de forma definitiva, pois os limites ou a constituição destes domínios, que se refletem na autonomização e na especialização, estão em constante disputa e, portanto, não formam um processo linear. Podemos perceber, então, como a atuação nos diversos domínios ocorre de forma conjunta, pois estes espaços só existem de forma sobreposta, e não separadamente.

Outro ponto importante no processo de institucionalização da profissão de jornalista é o surgimento das universidades. Em 1920, foi fundada a Universidade do Rio de Janeiro; em 1934, a Universidade de São Paulo; e, em 1937, a Universidade do Brasil. Porém, a primeira faculdade de jornalismo foi fundada apenas em 1947. E a obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão foi instituída por um decreto em 1968, no auge do endurecimento da Ditadura Militar.

A fundação destas primeiras universidades teve papel importante na construção de novas “elites”, que agora passam a ter um maior respaldo institucional. Estas “elites” outorgavam a si próprias o dever de intervir no destino da nação, pois, segundo o seu próprio discurso, eram elas as detentoras do saber sobre a real nação brasileira.

Mesmo antes da criação da primeira universidade de jornalismo, percebemos a forte presença de agentes que passaram pelas universidades atuando na imprensa. Por mais que os cursos de direito, medicina e engenharia, por exemplo, não concedessem conhecimentos técnicos e/ ou voltados ao exercício de um suposto jornalismo, a universidade servia como um ambiente de socialização das “elites” brasileiras, onde os agentes teciam redes de contatos, experimentavam repertórios de intervenção no espaço político, estabeleciam alinhamentos partidários e facciosos, etc.

As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas também pelo Estado Novo (1937 a 1945), momento em que ocorreu o primeiro decreto visando a regulamentar a profissão de jornalista (PETRARCA, 2007). Não à toa, este decreto veio em um momento de crise do Estado com a imprensa (assim como o decreto que impôs a obrigatoriedade do diploma, que data de 1968).

Os governantes, durante o Estado Novo, adotaram a estratégia de cooptar os intelectuais para cargos públicos. Nas palavras de Daniel Pécaut (1990, p. 69):

*O projeto do regime pretendia-se mais ‘cultural’ do que mobilizador, e a definição do ‘cultural’ confundia-se amplamente com a dos intelectuais. Trata-se de construir o ‘sentido da nacionalidade’, de retornar às ‘raízes do Brasil’, de forjar uma ‘unidade cultural’. É sempre evidente, para os responsáveis pelo assunto no regime, que ‘cultura’ e ‘política’ são dois termos inseparáveis e que cabe a eles fundi-los no quadro do nacionalismo.*

Com efeito, o período da chamada “Era Vargas” foi marcado, dentre outras coisas, pelo intuito de “organizar”/institucionalizar as profissões, trazê-las para atuar dentro ou próximas do Estado e, assim, controlar sua influência política.

*O Estado constituiu-se em um trunfo imprescindível para o êxito no jornalismo. A capacidade de intervir, em nome da profissão, na política, aumentava, nesse contexto; e o Estado tornava-se o promotor dos serviços, cooptando os profissionais. Ao mesmo tempo em que o Estado Novo oferecia aos jornalistas a possibilidade de atuar na burocracia pública por meio de órgãos como o DIP e as revistas que propagandeavam o regime, os jornalistas, de modo geral, também reivindicavam a participação na montagem do seu projeto político (PETRARCA, 2007, p. 111).*

Consoante isto, além da criação de universidades, os diversos decretos de lei e outras ações tomadas pelo Estado, o regime liderado por Getúlio Vargas incentivava a criação de entidades. Do mesmo modo, os próprios intelectuais (que, na grande maioria das vezes, faziam parte de profissões específicas) pareciam se movimentar neste sentido, corroborando com as iniciativas governamentais. A OAB, por exemplo, foi criada em 1930, e o Conselho de Engenharia e Arquitetura, em 1933. Com o funcionamento destas entidades, seus membros tinham maior força para intervir politicamente e, além disso, estes espaços serviam como um ambiente para acumular recursos, estabelecer elos de contatos, etc.

Já a primeira faculdade de jornalismo é fundada em 1947 e nasceu vinculada ao jornal “A Gazeta”. As faculdades de jornalismo pioneiras tinham na sua grade curricular uma formação mais ampla, generalista, voltada à obtenção de “conhecimentos gerais”, o que ia ao encontro do já mencionado papel atribuído aos intelectuais de então: a responsabilidade de construir a nação. Com o passar dos anos, notadamente a partir da década de 1970, são incluídas disciplinas mais técnicas, dando um maior peso, assim, ao modelo de jornalismo tradicionalmente vinculado ao contexto norte-americano, quer dizer, um jornalismo tido como mais “objetivo”, “neutro” e “imparcial”, como descreve Neveu (2006), comparando-o ao modelo tradicionalmente ligado à França, onde tinham um maior peso matérias opinativas, crônicas e uma maior autonomia do jornalista.

Durante a Ditadura Militar, adaptações tanto do jornalismo mais pretensamente “objetivo”, “neutro” e “imparcial” como do modelo de jornalismo historicamente vinculado ao contexto francês foram utilizadas no combate à censura e para a sobrevivência de jornais. O jornalismo menos técnico e mais opinativo – a chamada imprensa alternativa – se expressou em jornais como O Pasquim e em outros jornais menores, onde se pregava a liberdade de imprensa e críticas ao regime. Já o jornalismo mais técnico, tocado prioritariamente por agentes profissionalizados no jornalismo, se expressou em diversos jornais que se utilizavam da alegação de fazer um jorna-

lismo “neutro”, “objetivo” e “isento” de opiniões políticas para sustentar que não existiam motivos para que fossem censurados pelo Regime Militar, pois apenas seguiam as regras e normas do considerado “bom jornalismo”.

Neste período, grandes jornais fecharam e outros permaneceram abertos, mas sob os limites do “estado autoritário”. O fechamento de jornais proporcionou a migração de profissionais jornalistas que trabalhavam na grande imprensa para a atuação na imprensa alternativa, marcando uma nova fase de politização da atividade jornalística. Além disto, segundo Kucinski, “no interior de cada grande empresa de comunicação o jornalista deixou de ser sujeito, mesmo minimamente. Tornou-se o objeto do arbítrio, despojado de autonomia intelectual” (KUCINSKI, 1991, p. 24). Isto fez com que muitos dos jornalistas que trabalhavam nos grandes jornais que permaneceram abertos contribuíssem com a imprensa alternativa, tanto com matérias jornalísticas quanto financeiramente (KUCINSKI, 1991), constituindo um novo espaço de *mélange* entre intervenção política e prática profissional do jornalismo.

#### 4 | Contextos e perfis

As transformações da condição do jornalista no decorrer da história no Brasil e sua imbricação com o espaço do poder identificada aumenta a importância de se estudar os agentes situados em meio ao amálgama formado por estes três domínios (político, intelectual e jornalístico). O exercício do jornalismo, pela própria condição do ofício de jornalista, proporciona uma significativa prática com a escrita; já a escrita, seja ela considerada como jornalística ou não, possui também um papel relevante para aqueles que atuam na esfera política, pois por meio da escrita se toma posição em relação aos mais diversos fatos e questões, colocando em disputa os princípios de visão e de divisão que circulam no espaço social estudado (GRILL; REIS, 2012; CORADINI; REIS, 2012).

Além disto, o jornalista está em constante contato com agentes que ocupam um cargo elevado na hierarquia política e/ou cultural, seja por conta destes agentes servirem como fonte de matérias e entrevistas, seja pelo envio de release, etc, o que favorece o estabelecimento de redes e de um capital social que pode ser reconvertido para a atuação em sindicatos, associações, nas disputas eleitorais, dentre outros (PETRARCA, 2008).

A seguir, serão apresentadas algumas regularidades identificadas com base no estudo prosopográfico de 19 agentes que combinam carreiras jornalísticas, políticas e intelectuais.

Cabe grifar, inicialmente, que a população é formada por casos de significativa notoriedade no meio jornalístico e forte politização da atuação profissional. Levantamento, ainda prévio, mostra que mais de 50% deles tiveram passagem por grandes jornais e veículos dos maiores centros do país, praticamente metade esteve envolvida em jornais no período que eram estudantes (as-sociados à militância no movimento estudantil) e em torno de 2/3 atuaram em jornais ligados a partidos ou grupos politicamente organizados/identificados.

Ao tomarmos a distribuição de todos os 19 agentes de acordo com as décadas em que entraram na carreira política eletiva, percebemos a preponderância na década de 1950. Preponderância esta que se repete para a população mais ampla analisada por Grill e Reis (2012). Além disto, mais da metade dos agentes tem a sua iniciação nos mandatos eletivos a partir da década de 1950. Mais especificamente, 13 agentes, o que corresponde a 68% dos casos.

Podemos perceber, igualmente, a predominância de agentes que atuaram politicamente nos estados do Rio Grande do Sul (3), Rio de Janeiro (3) e São Paulo (6). Os outros 5 estados (Maranhão, Espírito Santo, Alagoas, Sergipe e Minas Gerais) oferecem apenas um agente e Pernambuco dois.

**Quadro 1** - Década de entrada na carreira política

Década de entrada	Quantidade de agentes
20	2
30	3
40	1
50	5
60	3
70	2
80	3

Fonte: DHBB-FGV

**Quadro 2**- Estado em que atuou politicamente

Estado	Quantidade
Maranhão	1
Espírito Santo	1
Rio Grande do Sul	3
Alagoas	1
São Paulo	6
Sergipe	1
Rio de Janeiro	3
Pernambuco	2
Minas Gerais	1

Fonte: DHBB-FGV

A predominância de agentes nestes estados é semelhante à encontrada para os 1.181 casos analisados por Grill e Reis (2012, p. 106). Para estes autores:

*Não é por acaso que nessas configurações regionais, em primeiro lugar, concentraram-se, durante o século XX, além das elites políticas, intelectuais e econômicas do país, as grandes instituições educacionais, as redes de políticos e intelectuais, os círculos de sociabilidades que contribuíram para a formulação de concepções de estado e projetos de nação.*

*E nelas, em segundo lugar, nasceram as primeiras editoras, jornais e revistas que fomentaram a gênese e desenvolvimento do mercado editorial brasileiro.*

Ao analisarmos a quantidade de agentes que atuaram predominantemente nestes três estados (o que congrega 12 dos 19 agentes) e cruzarmos com os dados relativos aos agentes que possuem ensino superior, podemos perceber que apenas um destes agentes não tem passagem pela universidade. Enquanto, ao tomarmos os estados em que há a menor incidência de casos, percebemos que, proporcionalmente, a quantidade de agentes atuando sem possuir diploma de

nível superior é significativamente mais relevante, o que pode indicar para uma maior relevância, nestes três centros, do contato com o ambiente universitário e/ou do diploma de nível superior para a manutenção e/ou chegada nos postos dirigentes ocupados por eles.

**Quadro 3** - Curso superior realizado

Curso superior	Quantidade de de agentes
Comunicação Social	3
Biblioteconomia	1
Letras	2
Direito	9
Ciências Contábeis	1
Economia	1
Ciências Sociais	2
Pedagogia	1
Não fez	5

Fonte: DHBB-FGV

Ainda em relação à titulação universitária, destaca-se a quantidade de agentes que têm formação em mais de um curso superior (4), de agentes que possuem pós-graduação (3), que possuem formação superior em Direito (9), formação em Comunicação Social (3) e a quantidade dos que não possuem graduação (5). Além disto, há um agente com formação em Biblioteconomia, um em Ciências Contábeis, um em Economia, dois em Ciências Sociais, dois em Letras e um em Pedagogia.

Estes dados, ao serem cruzados com os períodos de atuação de cada agente, dão significativas contribuições para entendermos o processo de modificação do perfil do agente que atua no jornalismo e do perfil de intelectual valorizado no decorrer do século XX. Evidenciando ainda possibilidades de reconversão dessas inserções profissionais e intelectuais em capital político.

Na primeira metade do século existiam poucas universidades. A raridade das mesmas, neste período, fazia com que o público que as frequentava fosse bastante seletivo, constituindo, então, um espaço de socialização e reprodução dessas elites.

Se tomarmos os 11 agentes que adentraram a carreira política eletiva até a década de 1950, percebemos que aí se incluem todos os 5 agentes que não possuem formação universitária – sendo que um deles, Mario de Souza Martins, cursou um ano de Direito na Escola de Direito do Rio de Janeiro, e foi este o período em que teve seu primeiro contato com o jornalismo, publicando suas primeiras matérias. O que demonstra a importância significativa da vivência acadêmica e/ou do diploma universitário, mas deixa óbvia a possibilidade de realização de tais carreiras sem que, para isto, se passe pela universidade.

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980 não há na população estudada agentes que não contem com um diploma de nível superior. Porém, o que se percebe é uma significativa quantidade de agentes que combinam diversas graduações e pós-graduações.

A conjugação de diversas formações acadêmicas pelos agentes que atuam no jogo político e jornalístico pode ser resultado da maior oferta de cursos de ensino superior na segunda metade do século XX, além de indicar, também, a complexificação deste jogo e a necessidade de articulação de diversos conhecimentos, trunfos e recursos.

Ao analisar a quantidade de anos dedicados pelos agentes para a atuação em cargos eletivos e em cargos administrativos, podemos dividi-los como fizeram (GRILL; REIS, 2012) em três grupos: 1) aqueles que tiveram sua carreira política predominantemente em cargos eletivos; 2) predominantemente em cargos administrativos; 3) ou aqueles que tiveram uma carreira política ocupando de forma relativamente equilibrada cargos eletivos e cargos administrativos.

Percebemos, assim, que a grande maioria dos agentes (16 casos) tem carreiras políticas pre-dominantemente eletivas, enquanto 2 dos 19 agentes têm carreiras predominantemente administrativas, e 1 deles tem uma carreira com atuação relativamente equilibrada. O que demonstra uma tendência para que os agentes que combinam atuação nos universos jornalístico, intelectual/literário e político/parlamentar atuarem preferencialmente em mandatos eletivos, em detrimento aos cargos administrativos.

**Quadro 4** - Carreiras predominantemente eletivas ou administrativas

Predominância	Quantidade de agentes
Eletiva	16
Equilibrada	01
Administrativa	02

Fonte: DHBB-FGV

A publicação de obras - que servem como tomada de posição em relação aos mais diversos fatores e como uma forma de disputar os princípios de visão e divisão do mundo - é algo recorrente para todos os agentes analisados.

Dos 19 agentes pesquisados, 4 deles escreveram 20 obras ou mais. E os 4 casos exerceram no mínimo 16 anos de cargos eletivos. Ademais, todos estes atuaram politicamente por no mínimo 4 décadas, seja em cargos eletivos, administrativos, direção de partidos, etc. O que reafirma a relação de interdependência, para os agentes pesquisados, da publicação de obras e a atuação política. Nota-se que quanto mais próximos do cume da hierarquia social, política e cultural, mais o amalgama das notoriedades se mostra eficaz. Elemento igualmente grifado por Grill e Reis (2012) e Reis e Grill (2008) para o conjunto da população.

**Quadro 5** - Quantidade de obras por agente

Quantidade de obras	Quantidade de agentes
Até 10	9
Até 20	6
Até 30	2
Até 50	1
Até 60	1

Fonte: DHBB-FGV

Com o levantamento das obras no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro publicado pela Fundação Getúlio Vargas, foi possível classificar os agentes de acordo com os gêneros de produção escrita a que estes se dedicavam. E, então, traçar alguns apontamentos sobre os modos como estes agentes se utilizaram das obras nos meios em que atuaram.

Podemos perceber que há concentração de agentes que se dedicam prioritariamente a três gêneros de escrita: generalista (projetos de sociedade, ideologias, etc.), com sete agentes; biografias históricas (relatos, narrativas ou análises de eventos e/ou personagens), com cinco agentes; e produção literária (contos, crônicas, poemas, romances), com seis agentes. Enquanto nenhum agente se dedica a escritos setorializados (relativos a competências e saberes específicos de uma determinada área de conhecimento) e apenas um se dedica prioritariamente a confissões (memórias e autobiografias). O que destoa radicalmente da população mais ampla analisada por Grill e Reis (2012), em que grande parte (41%) se dedica prioritariamente a escritos setoriais/ especializados.

**Quadro 6** - Gênero de escrita ao qual se dedicou prioritariamente

Gênero	Quantidade de agentes
Setorialista	0
Generalista	7
Biografias Históricas	5
Literatura	6
Confissões	1

Fonte: DHBB-FGV

A concentração nestas três áreas deve ser entendida à luz dos processos históricos de disputa em torno do jornalismo, conforme exposto aqui anteriormente. Deve-se levar em conta o fato do jornalismo ter sido muito ligado a conhecimentos mais gerais das áreas humanas. Mesmo quando o fazer jornalístico começa a ganhar “cara própria” com o advento da reportagem e também a se distanciar da literatura (que teve muito peso nos jornais no final do século XIX e início do XX) percebe-se que tal registro aparece presente e misturado nas obras generalistas, nas biografias históricas e nas confissões políticas. Isto é, esses escritos são permeados por trechos e características que nos remetem às reportagens, priorizando os depoimentos da pessoa que se desloca até o local do acontecimento ou vivências de eventos históricos.

## 5 | Considerações finais

No início do século XIX, como demonstrado na seção 2, o jornalismo no Brasil era um espaço destinado basicamente a pautar e ser instrumento de confrontos políticos. Até o final do século, porém, a literatura ganha um maior peso nos jornais, tanto com a veiculação de contos, crônicas etc., quanto com um peso das características consideradas como “literárias” nas matérias veiculadas.

Com o advento das reportagens, essa vinculação entre literatura, política e “jornalismo” ganha uma feição ainda mais particular, pois, bastante diferente do que houve nos Estados Unidos, aqui a reportagem não se afirmou, de início, associada a um conhecimento específico e uma autonomização, mesmo que relativa, do jornalismo. Formou-se, então, um espaço em que para se ocupar as posições consideradas como mais altas na hierarquia da profissão (ou seja, aquelas de maior prestígio social e financeiro), o profissional dependia de um conjunto de recursos ligados às inserções culturais, políticas e redes de relações sociais.

Com o passar do tempo, notadamente a partir da década de 1950, o modelo de jornalismo

mais ligado a um saber “técnico”, “objetivo” e “imparcial” se faz predominante no mundo todo. No Brasil, isto se torna mais claro ao serem analisados os “manuais de redação” publicados pelas grandes empresas jornalísticas. A Folha de São Paulo, por exemplo, publica em 1984 a primeira versão do seu código jornalístico, como mostra Souza (2010, p. 39). Talvez o novo padrão de excelência profissional explique, em parte, que jornalistas mais propensos a tomar posições sobre as grandes questões nacionais passem a investir em carreiras políticas combinadas à produção escrita, desvinculando-se paulatinamente das injunções e prescrições que agem sobre a figura do repórter.

À luz desse processo histórico, podemos entender também a concentração de publicações de obras nos gêneros generalista, biografias históricas e literatura, combinadas com registros de reportagem que aparecem em algumas das obras publicadas pelos agentes e que, possivelmente, derivam das experiências profissionais e da formação prévias à carreira política.

Percebeu-se, além disto, que todos os agentes que não tinham formação universitária se concentravam na primeira metade do século e, depois, que todos os agentes com formação em Comunicação e com formação em mais de um curso se concentravam na segunda metade do século. A dispersão de saberes mobilizados, assim como a combinação de papéis políticos, intelectuais e profissionais para a aquisição de notoriedades múltiplas, permite atestar a baixa institucionalização da profissão de jornalista e a valorização de saberes gerais, com formação ampla nas áreas das ciências humanas e sociais e pouco voltados diretamente à prática da profissão.

Em relação à carreira política, pudemos atestar a tendência a ocupar cargos eletivos, e não cargos administrativos, como secretarias, ministérios, etc. além da maior incidência dos agentes nas configurações regionais que concentraram, ao longo do século XX, as grandes instituições educacionais, as primeiras editoras, jornais e revistas e as principais redes de políticos e intelectuais.

## Referências

- BADIE, B.; HERMET, G. Política comparada. México: Fundo de Cultura Económica, 1993.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica (apêndice 1). In: \_\_\_\_\_. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2011a. p. 74-82.
- \_\_\_\_\_. O campo político. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, DF, n. 5, p.193-216, 2011b.
- \_\_\_\_\_. As regras da arte. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- CHARLE, C. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, F. M. (Org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 11-30.
- CORADINI, O. L.; REIS, E. T. dos. Transações culturais, intelectuais e as ciências sociais. Revista Pós Ciências Sociais, v. 9, n. 17, p. 9-17, 2012.
- DOGAN, M. Les professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers. In: OFFERLÉ, M. (Ed.). La profession politique: XIXe-XXe siècles. Paris: Belin, 1999. p. 171-199.
- GRILL, I. G. Memórias de políticos brasileiros: produção escrita, gestão de imagens e teorizações nativas do jogo político. Política & Sociedade, v. 11, n. 21, p. 11-40. 2012.
- GRILL, I.G.; REIS E.T. O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita. Revista Pós Ciências Sociais, v. 9, n. 17, p. 101-120, 2012.
- GRYNSZPAN, M.; GRILL, I. G. Elites: recursos e legitimação. Revista Pós Ciências Sociais, v. 8, n. 15, p. 9-14, 2011.
- KUCINSKI, B. Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo, Editora Página Aberta LTDA, 1991.
- MICELI, S. Biografia e cooptação (O estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). In: \_\_\_\_\_. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 345-356.
- MICELI, S. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). Rio de Janeiro: Difusão Editorial S.A., 1979.
- NEVEU, É. Sociologia do jornalismo. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- PÉCAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e a nação. São Paulo, Ática, 1990.
- PETRARCA, F. R. Elites jornalísticas, recursos políticos e atuação profissional no Rio Grande do Sul. Tomo, São Cristóvão, n. 13, p. 160-200, jul./dez. 2008.
- PETRARCA, F. R. O jornalismo como profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no RS. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- REIS, E. T. dos; GRILL, I. G. Letrados e votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil. Tomo, São Cristóvão, n. 13, p. 127-168, jul./dez. 2008.
- SEIDL, E.; GRILL, I. G. A política como objeto de estudo das ciências sociais. In: \_\_\_\_\_. (Org.). As ciências sociais e os espaços da política no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013, p. 7-20.
- SIGAL, S. Intelectuais, cultura e política na Argentina. Revista Pós Ciências Sociais, v. 9, n. 17, p. 51-66, 2012.
- SOUZA, C. V. Repórteres e reportagens no jornalismo brasileiro. [S.l.]: FGV, 2010.
- WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.